

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL

Helio Santos

São raros os temas que têm a complexidade do assunto em epígrafe. Todavia, no Brasil, país fortemente mestiço, além da complexidade usual, restam aspectos cruciais a serem abordados, preliminarmente, sob pena de se cair num texto linear que a Academia brasileira se especializou em fazer. Evidentemente, que tal caminho fez - ao retardar uma compreensão efetiva - com que só no albor do 3º Milênio o tema ganhasse força e consistência para um verdadeiro debate nacional; o qual, apenas, se avizinha. Aos poucos a invisibilidade que o assunto sempre teve entre nós começa a ser, de fato, quebrada. Nos referimos aqui à temática racial da população negra; ou seja, aquele contingente formado pelos brasileiros identificados como *pretos* e *pardos* pelos censos da Fundação I.B.G.E, os quais somados representam a expressiva marca de 47% do conjunto nacional (Censo de 1991). Assim, a abordagem aqui feita prescinde de argumentar sobre a eventual discriminação sofrida por outros grupos raciais-étnicos.

A invisibilidade do negro

Nada é pior em uma batalha do que não saber por onde vem o inimigo - a sua verdadeira posição. Uma das maiores invenções do arsenal de guerra dos Estados Unidos é o avião bombardeiro B-2 "Stealth" (furtivo), o qual não é notado pelos radares. O poder bélico desse avião é imenso, pois este chega de forma invisível até o território inimigo e por isto é temido pelos estragos que pode causar aos adversários. O negro brasileiro enfrenta em seu cotidiano um oponente deste porte. Poucos têm um radar que consiga captar de maneira precisa de onde partem as dificuldades que bombardeiam continuamente os negros. A invisibilidade da questão racial do negro brasileiro é incontestável. Inúmeros estudiosos a confirmam em seus trabalhos.

De todas as grandes questões nacionais nenhuma outra é tão dissimulada quanto à racial em nosso país. O negro não está ausente apenas dos meios de

comunicação em geral, mas também não comparece como uma entidade importante da vida nacional. O mesmo acontece nas novelas, nos filmes e nos comerciais de TV onde a sua presença não se dá de forma qualificada e na dimensão correta. O que se observa é que só bem recentemente pequenas mudanças começam a ocorrer. Afinal, os negro-descendentes (pretos + pardos) são quase metade da população. Os historiadores oficiais, quando retratam os negros, atuam como se fossem, não historiadores, mas - sim -, contadores de estórias. Os cientistas sociais e economistas, quando falam em miséria, desemprego, falta de moradia, concentração de renda, violência e outros tópicos relacionados ao barbarismo social brasileiro, nunca identificam os protagonistas dessa tragédia tendo como referencial a origem racial e étnica das pessoas envolvidas. Aqui, é como se quiséssemos todos - negros e brancos - fugir do assunto. "Elimina-se" o problema não o encarando de frente. Essa política de avestruz foi e continua sendo eficaz no sentido de manter a maioria negra onde esta sempre esteve: à margem da cidadania.

A invisibilidade da questão racial deve ser interpretada aqui como um fato que não se nota, não se discute e nem se deseja notar ou discutir. É como se não existisse. A história narrada nas escolas é branca, a inteligência e a beleza mostradas pela mídia também o são. Os fatos são apresentados por todos na sociedade como se houvesse uma preponderância absoluta, uma supremacia definitiva dos brancos sobre os negros. Assim, o que se mostra é que o lado bom da vida não é e nem deve ser negro. Aliás, o léxico de *negro*, além de designar o indivíduo deste grupo racial, pode significar: sujo, lúgubre, funesto, sinistro, maldito, perverso, triste, nefando etc. O que deve ser desvelado é o seguinte: o que leva tanta gente, no Brasil, a não notar o que realmente acontece? É certo que há uma grande dose de hipocrisia.

Contudo, a meia cidadania do negro é imediatamente notada pelos estrangeiros que nos visitam. Ocorre que, para os de fora, o que salta aos olhos são os agrupamentos raciais alojados em cada um dos dois brasis. No Brasil moderno e desenvolvido, que ostenta a gloriosa marca de possuir a segunda frota mundial de jatos executivos, a ausência do negro é quase absoluta. Por outro lado, no Brasil das chacinhas e da miséria, que nos reduz a um dos países mais atrasados do planeta, a presença do negro é sólida, vigorosa, majoritária e dramaticamente consistente.

Discriminação: a manifestação do racismo e do preconceito

Tanto o preconceito racial quanto o racismo não se confundem com a discriminação porque esta só acontece na medida em que um e/ou outro se manifestam. O preconceito e o racismo são atitudes. São modos de ver certas pessoas ou grupos raciais. Quando ocorre uma ação, uma manifestação, um comportamento de forma a prejudicar, é que se diz que houve discriminação. Enfim, quando o racista ou preconceituoso externaliza a sua atitude, agora transformada em manifestação, ocorre a discriminação.

O preconceito - de qualquer tipo - é sempre uma atitude negativa em relação a alguém. Eu diria mais: é uma atitude antecipada e desfavorável contra algo. Essa atitude pode ser tomada em relação a um indivíduo a um grupo ou mesmo à uma idéia. Quando uma pessoa tem uma atitude preconceituosa em relação a outra, no fundo, está fazendo uma comparação a partir de um padrão de referência que lhe é próprio. Portanto, o preconceito racial ocorre quando uma pessoa ou mesmo um grupo sofre uma atitude negativa por parte de alguém que tem como padrão de referência o próprio grupo racial. No dia-a-dia a idéia de racismo e preconceito racial são geralmente usadas sem que as pessoas separem uma da outra. Entretanto, racismo e preconceito racial não são coisas equivalentes. O racismo, sem dúvida, é mais amplo em seu sentido do que o preconceito racial. O racismo ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais.

Além dos três conceitos que aqui expomos, com simplicidade, nos parece oportuno apresentar outras definições que podem ajudar a uma compreensão mais ampla de todo o processo discriminatório.

Etnocentrismo, como o nome indica, é uma idéia que coloca determinado grupo étnico como polo básico - ele é o centro. Os demais, por serem diferentes, não têm relevância. Há nesse caso um confronto com a modernidade que não prescinde da idéia de diversidade.

A **segregação racial** é outra idéia anacrônica. Nesse caso, há a separação física dos grupos raciais. A segregação institucional, tipo *apartheid*, felizmente, nos dias atuais está em desuso. Há setores da sociedade brasileira tão fechados para

algumas pessoas que poderíamos dizer que há uma segregação, não oficial, mas que funciona.

A idéia de raça perde cada vez mais força no campo das ciências. Quando temos um conjunto humano que possui as mesmas características físicas, originárias de antepassados que são comuns, podemos falar que estamos diante de um **grupo racial**. Entretanto, do ponto de vista biológico, pode-se dizer, hoje, que não existem raças na espécie humana! A idéia que deverá prevalecer para o futuro é a de etnia; a de raça tem cada vez mais a ver com o passado. Quando se fala em **grupo étnico**, a idéia que se tem é de um conjunto humano com sólido sentido de união e pertença (as pessoas sentem pertencerem ao mesmo grupo). Tem-se a mesma cultura; o que envolve a história, o idioma, a tradição com os seus valores – todos eles comuns. A idéia de raça é mais árida, pois somos levados a pensar em aspectos físicos.

Racismo: a legitimação da escravidão

O Brasil – é importante saber – foi o país que maior número de escravos importou. Cerca de 4 milhões de africanos foram recebidos aqui. É evidente que esse número em muito se amplia quando consideramos as crianças nascidas das escravas em terras brasileiras. O nome “crioulo” era dado aos negros nascidos nas américas coloniais. Milhões de crioulos, aqui nascidos, se somaram aos 4 milhões trazidos pelos navios tumbeiros que aportaram às costas brasileiras. A travessia atlântica se inicia por volta do distante ano de 1534 (ano em que Portugal invade a Guiné) e se prolonga até 1850. Por mais de 3 séculos o tráfico negreiro campeou solto.

A longa escravidão brasileira não se confunde com a escravidão colonial dos demais países. Aqui, o que tornou o país possível foi a escravidão. Ela domou com o suor e sobretudo o sangue do negro a hostil natureza tropical. O combustível que foi queimado para legitimar a escravidão colonial, antes de qualquer outro, foi o racismo.

Na antigüidade, a escravidão era, muitas vezes, originária das guerras e não tinha conotação racial para a sua existência. É a escravidão denominada pelos historiadores de patriarcal. Os derrotados, tornavam-se escravos dos vencedores. O mesmo não acontece na escravidão colonial, como a que tivemos aqui no Brasil. A crença por parte dos invasores europeus da inferioridade dos negros foi que legitimou e autorizou o rapto destes na África. Esta crença, que era legitimada pela igreja, fez nascer um dos comércios mais sórdidos que a história humana conheceu.

O mundo contemporâneo sabe do tráfico internacional de drogas, que traz no seu rastro inúmeras vítimas e violências de todo tipo. Sabe também das máfias que exploram a prostituição que, igualmente, violenta pessoas e consciências. No século 20 a humanidade viveu a hecatombe do nazismo que perseguiu e eliminou, absurdamente, milhões de pessoas. Todo esse barbarismo, torna-se pequeno quando comparado com o que foi o tráfico negreiro. Antes de qualquer consideração a respeito do nefando comércio humano, basta tomarmos em conta o fato de que o tráfico existiu por cerca de 320 anos! Este período representa 64% do tempo de vida do país - cuja idade é meio milênio. Isso significa que para cada 3 anos de vida do país, 2 estavam preenchidos pelo comércio vil, que negociava o corpo e a vida dos negros.

Estudos atestam que cerca de 10% da carga humana não chegava ao seu destino. Isto é, aproximadamente, 400 mil pessoas raptadas da África não chegaram ao Brasil e tiveram por túmulo o oceano Atlântico. Isto equívale à população de uma cidade média brasileira. Na travessia os suicídios foram comuns. Considerando o destino que esperava os negros aqui no Brasil não podemos afirmar que os que sobreviveram à travessia tiveram melhor sorte do que aqueles que ficaram pelo meio do caminho. A denominação dada aos navios negreiros - tumbeiros; de tumba (sepultura ou caixão) - já sinalizava bem o que poderia se transformar a travessia para os negros.

Tudo na Terra de Santa Cruz tinha de ser construído: edificações, açudes, estradas, plantações. A mão negra tudo fez. Entretanto, a ação do africano escravizado não iria se restringir apenas àquilo que a vista percebe a olho nu.

Aqueles que foram raptados como bichos na África, mais tarde, haveriam de seduzir os seus algozes. Isso se daria pelo paladar, pela música, pela religião e religiosidade, pela sensualidade, pela criatividade e capacidade de trabalho. A rebeldia, por outro lado, desde o início do escravismo (ainda no século 16), seria uma marca definitiva desses homens e mulheres. Durante todo o processo escravizatório as rebeliões ocorreram e o resultado foram os quilombos.

Contudo, a tese racista dos escravagistas chegava a entender que os negros eram desprovidos de inteligência e que nem mesmo alma tinham. Como todos aqueles que apostam contra a espécie humana, essas pessoas partiam de uma idéia absurda e irracional. O racismo parte da suposição irracional da superioridade de um grupo racial sobre outro. É também a crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual próprios. No passado, algumas teorias, supostamente científicas, tentaram elaborar uma hierarquia racial onde alguns grupos predominavam sobre outros. Nada disso conta com o apoio da ciência autêntica, que jamais autorizou esse entendimento. O racismo é uma construção dos homens. É, portanto, ideologia.

A forma como que se fez a Abolição condenou os negros à imobilidade social. Essa imobilização trava as possibilidades *econômicas & educacionais* do negro. Os dois aspectos acabam se tornando um autêntico dilema. Tal impasse constitui a espécie de beco sem saída que os economistas costumam denominar "problemas estruturais". Não se trata de problemas momentâneos que vêm e voltam. Estas dificuldades econômicas e educacionais não são passageiras. Elas estão com os negros desde sempre e dizem respeito à sua história de prejuízos acumulados ao longo de meio milênio.

A causa inicial da baixa renda, desemprego e subemprego

Não nos parece possível, no Brasil, falar da instituição trabalho sem antes fazer um retrospecto histórico sobre o período em que funcionou o escravismo. Por mais breve que seja essa abordagem do tema escravidão, ela nos auxiliará a entender como chegamos até aqui. Não fazer esse tipo de consideração, nos levaria a crer que nada ocorrera no campo do trabalho até a chegada dos imigrantes no século 19. Era assim que pensavam as centrais sindicais. Até meados dos anos 80 os sindicatos escreviam cartilhas cometendo esse incrível erro histórico. Para estes órgãos, o trabalho começara no Brasil com a chegada dos imigrantes! Cerca de 350 anos antes do grosso da imigração ocorrer, os negros, e durante um certo tempo também os índios, já trabalhavam sob condições que nenhum outro trabalhador haveria de trabalhar nessa terra.

Para entender as dificuldades econômicas dos antigos escravos é importante atentarmos para o que, efetivamente, ocorreu no dia seguinte à abolição. Mais de setecentas mil pessoas (aproximadamente 5% da população da época) foram colocadas à disposição de um mercado de trabalho fictício. Os imigrantes chegavam em grande número e estavam, de fato, mais preparados para o trabalho assalariado do que os ex-escravos. Para que se possa ter uma idéia adequada do impacto causado, esse montante representaria, em 1991 - ano do último censo -, mais de 7 milhões de pessoas colocadas de uma só vez no olho da rua! Aliás, no olho da rua ficaram para não mais sair. Parte importante do desemprego estrutural brasileiro nasce daí. Os efeitos contra o povo negro se fazem sentir ainda hoje. Trata-se de um desemprego e subemprego permanentes; tão antigos que já fazem parte da cultura econômica, onde sempre há uma multidão disponível de pessoas mal-capacitadas para qualquer vaga que surja. Passa a impressão, dado o tempo de duração do fato, de que são coisas que vieram para ficar para sempre. Considerando que a história econômica do país se inicia, de fato, nos anos 30 do século 16, quando começa a colonização, temos por volta do ano 2000 cerca de 470 anos da instituição do trabalho no Brasil. Levando em conta ainda o fato de que a escravidão durara três séculos e meio, pode-se calcular que para cada 4 anos de trabalho, apenas 1 ocorreu sob o signo do trabalho livre. Isto é: tem-se 75% de tempo de escravismo e só 25% de tempo

de trabalho livre! Todos hão de convir: é muito tempo de trabalho escravo. Esse fato, como já foi visto, marcou profundamente a forma pela qual as relações humanas se dão no Brasil. Quem quiser entender alguma coisa do que ocorre hoje no mundo do trabalho não pode deixar de levar em conta esses fatos, sob pena de analisar uma outra realidade que nada tem a ver conosco.

O que o mercado de trabalho nos mostra no dia-a-dia? As ocupações mais modestas, que pagam menos, sendo exercidas, principalmente, por pretos e pardos. O que agrava essa situação é o fato de que mesmo entre os trabalhadores de baixa renda os pretos e pardos recebem menos do que os brancos. Trata-se de pessoas que têm a mesma capacitação mas que, apesar disso, recebem salários diferentes. Dispomos de estudos estatísticos, hoje, que nos permitem calcular o preço que um determinado tipo de trabalhador paga por ser negro no Rio de Janeiro, Brasília ou Salvador. Veremos depois que o trabalhador negro em Porto Alegre, onde a colonização alemã se deu, é melhor tratado do que o trabalhador baiano, onde a população negra é franca maioria. Desde os anos 80, na região metropolitana de São Paulo, são feitas pesquisas para aferir aquilo que os economistas chamam de diferenciais de renda entre os grupos raciais. Quanto ao subemprego, observamos que a maioria dos bicos é feita pelos pretos e pardos. O subemprego negro antecede a Abolição. Os negros já libertos, em plena escravidão, já operavam assim: trabalha hoje; não trabalha amanhã nem depois; um dia aqui, depois acolá – nada fixo.

Discriminação racial no trabalho

Um fato que chama a atenção no Brasil é a inexistência de negras e negros trabalhando como garçons, garçonetes e pessoas de atendimento em padarias, farmácias, sorveterias, recepção, vendedores de lojas etc. Nos Estados Unidos, país que a maioria dos brasileiros considera racista, é impossível alguém ir a um restaurante ou a um shopping em que não haja diversos empregados negros. É

bom não esquecer que os afro-americanos não ultrapassam 12% da população daquele país. Os brasileiros, tão ávidos por fazer turismo – Miami que o diga -, vêm isso no exterior o tempo todo e não aprendem. Uma história que relata essa situação foi contada por um jornalista brasileiro que ao visitar a África do Sul, em plena vigência do apartheid, foi a um restaurante luxuoso onde observou que todos os garçons eram negros e todos os clientes brancos. Isso chamou a sua atenção. Chegando ao Brasil, procurou ir a um restaurante semelhante no Rio, a fim de comparar, e ficou chocado: todos os garçons eram brancos e todos os clientes também. Na África do Sul, ainda na fase do apartheid e reconhecidamente racista, os negros, pelo menos, podiam trabalhar. Não deixa de ser estranho, no Brasil, em uma simples padaria de subúrbio, não se ver, sequer, uma atendente de balcão negra. É como se houvesse impedimento do negro fazer contato com o cliente. Isso é prática corrente no sudeste e sul do país. Na Bahia, hoje, isso já ocorre menos do que no sudeste. Para que se possa aquilatar o que ocorre nessa área, apresentamos um fato que constata esse absurdo. Apesar da população da região metropolitana do Rio de Janeiro conter 42% de pretos e pardos em sua constituição ⁽ⁱ⁾, por toda a orla da zona sul Carioca, os restaurantes, bares e churrascarias têm por prática sistemática não admitirem garçons negros. É o que ficamos sabendo pela matéria divulgada num popular jornal, cujo título era: "Preconceito não põe mesa" ⁽ⁱⁱ⁾. Mediante pesquisa empírica, a matéria considerou 33 estabelecimentos distribuídos ao longo de 16 quilômetros da orla da zona sul da cidade maravilhosa. O que se constatou, afinal? Entre 318 empregados, apenas 1 garçom era negro! Segundo o presidente do sindicato dos garçons,..."os donos de restaurantes acham que para lidar com o público, o negro não serve". Para ele ..."quando publicam anúncio exigindo boa aparência, já sabemos que não aceitam negros". Todavia, o Movimento Social Negro do Rio de Janeiro, tomando por base os dispositivos constitucionais, solicitou a instauração de inquérito civil junto ao Ministério Público para, em seguida, mediante ação civil pública, exigir que cessasse a prática de seleção racista.

Nós observamos três tipos básicos de discriminação que os negros sofrem no mercado de trabalho, com algumas variações. O primeiro tipo diz respeito às

dificuldades de obter vaga para aquelas funções melhor remuneradas e valorizadas. Estamos diante da *discriminação ocupacional*. Esse tipo de discriminação parece querer questionar a capacidade do negro para executar determinadas tarefas mais complexas. Nesse caso, apesar de estar capacitado como os demais, o negro é vetado. O segundo tipo, diz respeito às diferenças salariais, quando exercidas as mesmas funções. Temos então a antiga *discriminação salarial*, que além de utilitária, no fundo, utiliza a idéia de que o trabalho do negro não vale tanto quanto o dos demais. A terceira e última, tão estúpida quanto as anteriores, ganha em desfaçatez e burrice: é a fobia pela presença do negro. Pode ocorrer em uma simples padaria de subúrbio ou em um luxuoso escritório de advocacia. É a *discriminação pela imagem*. O empregador, aqui, busca manter aquilo que ele considera a imagem ideal de sua empresa. Tal entendimento ocorre mais junto à pequena e média empresas. Rigorosamente, não se deve culpar sempre aos proprietários ou aos acionistas controladores das grandes organizações por essa política de recursos humanos praticada no Brasil. Isso é ainda mais verdade quando pensamos em corporações multinacionais. A responsabilidade maior cabe aos recrutadores e selecionadores (pessoal de nível intermediário), quase todos egressos da pequena classe média.

Se observarmos, atentamente, os três tipos de discriminação que ocorrem no campo do trabalho: ocupacional, salarial e de imagem, perceberemos que todos têm um só lastro que os “justifica”. Trata-se daquilo que toda a sociedade assegura jamais praticar: o velho, ibérico e dissimulado racismo brasileiro.

Durante muito tempo e, em parte, ainda hoje, em pleno início do 3º milênio, falou-se em “boa aparência”. Essa foi a forma de vetar o acesso de negras e negros para as mais diferentes funções. Se pensarmos no que deve ser boa aparência: porte físico e saúde, boa parte da população brasileira, independentemente da etnia a que pertence, estaria fora do mercado de trabalho. O conceito de beleza existente no Brasil – o país com maior mescla racial do mundo – é olímpicamente branco e de preferência loiro mesmo. É como se aqui fosse uma espécie de escandinávia tropical. Não se fala e nem se escreve a respeito de “boa aparência” tanto quanto se pensa. Contudo, esse conceito continua no imaginário das

peças. Hoje, talvez um pouco menos do que em um passado recente. Este “passado” não é do século 19; é da década passada. Nos anos 80, os profissionais de Recursos Humanos foram denunciados por estarem usando em suas fichas de seleção de pessoal o famoso e malfadado “código 4”. Fazia parte da trama o próprio SINE (Sistema Nacional de Emprego). O código citado identificava a cor do candidato para que assim a empresa interessada, de posse da ficha, pudesse, antecipadamente, dispor de um “argumento” para dizer: “a vaga já foi ocupada”; “aguarde ser chamado”; “não foi possível desta vez” etc. O “código 4” se encaixa como uma luva ao exemplo do avião bombardeiro B-2, que não é visto pelos radares, e que por essa invisibilidade causa um estrago considerável. O povo negro foi lesado barbaramente por essa prática racista durante muito tempo. Os discriminados desconfiavam e sofriam os efeitos da prática sem decodificar por completo como se dava a operação. As perdas continuam para os negros e os códigos adquiriram novas configurações.

A rigor, não há uma decisão formal sobre o veto a negros. Trata-se de um acordo tácito, onde ninguém precisa falar nada; está tudo subentendido. A mesma coisa acontece nas montadoras de veículos e outras empresas estrangeiras. Enfim, nas multinacionais, onde durante muito tempo os salários estiveram bem acima da média nacional e onde ainda os ganhos indiretos (seguro médico, estímulos, cursos, participação etc) são significativos, a presença do negro brasileiro sempre foi quase nula. É nas empresas de segunda linha (não modernas e menos competitivas) que o negro consegue algum espaço. A política que discrimina os negros no trabalho raramente está deliberada formalmente – trata-se de um dado cultural internalizado por todos. Essa é uma das “vantagens” do racismo nacional. Ele funciona – e bem – sem que ninguém combine nada. Tudo flui impulsionado por uma cultura de exclusão do negro.

Há uma publicação - já histórica - da Fundação IBGE denominada "O lugar do negro na força de trabalho", a qual utilizou como material de estudo a PNAD (mão de obra) de 1976. Houve na ocasião censura por parte do regime militar e só em 1983 o texto veio a público. Apesar do tempo já decorrido seleciono um aspecto da publicação que em muito contribuirá para melhor depreendermos o que se dá

no mundo do trabalho com o negro-descendente. A análise das *categorias ocupacionais* é tida pelos estatísticos como fator importante para se compreender melhor as desigualdades da renda recebida pelos trabalhadores. Ou seja: em quais áreas as pessoas têm a sua ocupação? Mais: como elas são remuneradas? Três tabelas bem simples, que elaboramos a partir da publicação citada, ⁽ⁱⁱⁱ⁾ vão desmistificar para sempre aquela fala antiga que diz: "pobre e trabalhador é tudo igual; tanto faz ser preto como branco".

Tabela 1 - Distribuição da força de trabalho e de rendimentos por grupos raciais

1976

Trabalhadores não-manuais (Em %)

Grupos	Força de Trabalho	Rendimentos
Brancos	77,0	85,4
Negros	20,5	11,5
Outros	2,5	2,9

Fonte: PNAD-IBGE/1976

Negros: pretos + pardos; Outros: amarelos e sem declaração

Essa primeira tabela deixa patente que os melhores empregos (onde o trabalho não é braçal) têm uma participação esmagadora dos brancos que ficam com mais de 3/4 das ocupações (77%). Todavia, a remuneração deste segmento é superior à sua participação, a qual supera 85% da renda. Os pretos e pardos (juntos) ficam com a quinta parte das vagas. Porém, recebem apenas a nona parte da renda total pelo seu trabalho. Portanto, no setor mais sofisticado da economia, os brancos, além de serem a grande maioria, absorvem uma participação da renda acima de sua força de trabalho.

Tabela 2 - Distribuição da força de trabalho e de rendimentos por grupos raciais

1976

Trabalhadores manuais urbanos (Em %)

Grupos	Força de Trabalho	Rendimentos
Branco	55,4	65,8
Negro	41,5	31,0
Outros	3,2	3,1

Fonte: PNAD-IBGE/1976

Negros: pretos + pardos; Outros: amarelos e sem declaração

A tabela 2 evidencia que dentre os trabalhadores braçais da cidade (operários), os negros já têm uma participação na força de trabalho um pouco maior. Todavia, ainda assim perdem para os brancos que ficam com a maioria (55,4%) das vagas. Estes chegam a perceber uma renda de 19% acima da sua efetiva participação. Quanto aos negro-descendentes, nota-se que estes têm rendimentos abaixo da sua real força de trabalho. Auferem cerca de 25% abaixo dela. Portanto, o trabalhador braçal branco no Brasil, em média, ganha bem mais que o negro.

Tabela 3 - Distribuição da força de trabalho e de rendimentos por grupos raciais

1976

Trabalhadores manuais rurais (Em %)

Grupos	Força de Trabalho	Rendimentos
Branco	48,3	57,0
Negro	48,5	39,2
Outros	3,2	3,7

Fonte: PNAd-ibge/1976

Negros: pretos + pardos; Outros: amarelos e sem declaração

Dentre os trabalhadores brasileiros, o rural é o mais sacrificado; isto sob todos os aspectos. Não é por outro motivo que o trabalhador negro-descendente nessa categoria ocupacional seja a maioria. Para muitos, nesse patamar de grandes dificuldades, todos são remunerados igualmente. Porém, vê-se que também no campo o trabalhador negro leva a pior. Aqui, os brancos, praticamente, repetem a vantagem que têm quando trabalham na cidade. Recebem 18% a mais do que fariam jus. Já os trabalhadores negros, agora, recebem 19% abaixo de sua efetiva participação na força de trabalho.

Desde meados dos anos 80, a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) em conjunto com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), medem as diferenças salariais entre negros e brancos. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), sob a inspiração do Conselho do Negro de São Paulo, a partir de 1985, passa a considerar em seus dados o quesito raça/cor, o que permitiu flagrar aquilo que o Movimento Social Negro sempre denunciou: (a) a discriminação ocupacional, onde as piores vagas pertencem aos negros; (b) a discriminação salarial, que paga menos a estes trabalhadores e (c) a taxa maior de desemprego que, historicamente, onera este grupo racial no Brasil. Em 1998, a mesma pesquisa foi feita em seis regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife, Salvador e Porto Alegre. Em 5 dessas regiões o homem branco recebe mais que a mulher branca, que ganha mais que o homem negro, o qual, por sua vez, ganha mais que a mulher negra. Apenas na região metropolitana de Belo Horizonte essa cadeia se quebra em virtude das mulheres brancas apresentarem um rendimento médio inferior ao dos homens negros. Essa pesquisa ^(iv), demonstrou aquilo que já se sabia sem a riqueza de detalhes que temos agora: a taxa de desemprego dos chefes de famílias negros era bem maior, em todas as seis regiões metropolitanas. Em Salvador, maior cidade negra do país, a taxa de desemprego dos chefes de famílias negros é 74,2% superior à dos chefes de famílias brancos! Confirmou-se também que os negros ingressam mais cedo no mercado de trabalho - o que acarreta graves prejuízos à formação escolar dos jovens. Soube-se ainda que a população negro-descendente é a que mais intensamente participa

do mercado de trabalho; começa mais cedo e permanece mais tempo e se nota ainda uma intensa inserção da mão de obra feminina. A par dessa forte presença no mundo do trabalho, vejamos na tabela seguinte como a pesquisa avaliou o rendimento médio de negros e não-negros em três regiões metropolitanas: São Paulo, Porto Alegre e Salvador.

Tabela 4 - Rendimento médio mensal por raça e sexo
1998

Em (%)

Sexo	GRUPO RACIAL	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	SALVADOR
Homem	NÃO-NEGRO	100	100	100
Mulher	NÃO-NEGRA	63	70	62
Homem	NEGRO	51	66	47
Mulher	NEGRA	34	47	28

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, PED

Não-Negros: brancos e amarelos; Negros: pretos e pardos.

A tabela anterior nos mostra como os grupos raciais são remunerados em 3 regiões metropolitanas bem diferentes. Ela nos possibilita, ainda, verificar as variações de renda entre homem e mulher. Apesar das regiões terem diferenças marcantes no que diz respeito aos aspectos econômicos, sociais, étnico/raciais e culturais, todas têm uma inequívoca semelhança: nas 3 o negro aparece em franca desvantagem salarial em relação aos brancos e amarelos (orientais). Consideramos o ganho do homem não-negro sempre igual a 100. Vamos partir deste parâmetro para comparar os demais. Reparem que a mulher não-negra nas 3 regiões ganha menos que o homem correspondente ao seu perfil étnico. Por sua vez, o homem negro sempre tem rendimento inferior à mulher branca e/ou amarela. Finalmente, temos a mulher negra sendo olímpicamente superada por todos os demais. Pela tabela, para cada 100 reais que um homem branco ganhe na Bahia, a mulher negra fatura 28 reais apenas. É importante entender que se trata de rendimento médio mensal das pessoas ocupadas. Portanto, não se deve pensar na escolaridade, função exercida ou em qualquer outro aspecto pois trabalha-se com rendimento médio. Como foi assinalado anteriormente, as piores

condições ocorrem na Bahia (Salvador), onde a população negra é a maior do país. É no Rio Grande do Sul (Porto Alegre), cuja colonização é marcadamente alemã e italiana, que a situação é menos desfavorável para os negros. Lá, os homens negros percebem apenas 2/3 do que auferem os homens brancos e orientais. Em São Paulo, os homens negros recebem cerca da metade do que valem os homens brancos e/ou amarelos. Em Salvador essa relação é pior: lá, os homens negros ganham apenas 47% do que recebem os brancos! Quanto à mulher negra, vejamos as comparações: em São Paulo ela percebe a terça parte do rendimento dos homens brancos e amarelos. Em Porto Alegre, há uma melhora: lá, as negras têm um ganho pouco abaixo da metade dos homens brancos e amarelos (47%). Quanto à Salvador, o ganho de 1 único homem branco equivale a renda de quase 4 mulheres negras! Uma mulher negra na Bahia ganha, em média, menos da metade do que a mulher branca (28 para 62 são os respectivos parâmetros). Essa tabela facilita a compreensão do dilema já citado e que une baixa renda com baixa capacitação. Recebendo menos que os outros pelo seu trabalho – isto ocorre tanto nas funções mais simples, quanto nas mais valorizadas - o negro não tem como investir da mesma forma que os brancos e amarelos para elevar a sua capacitação profissional. Ganhando bem menos e, muitas vezes, fora do mercado de trabalho, falta ao negro recursos suficientes para o investimento em educação. A verdade é que, também, em virtude de todas essas dificuldades citadas, o negro, muitas vezes, não se sente tão estimulado a fazer um maior investimento em sua capacitação.

Dificuldades no campo da Educação

A escola – pública ou privada – ainda hoje não inclui adequadamente em seus currículos a luta e a história do povo negro no Brasil. Essa escola, por não saber particularizar os aspectos que envolvem a identidade das crianças negras, acaba por colaborar na construção de um ideal de ego branco por parte destas. Na medida em que a criança assume uma identidade dissociada de sua especificidade, o futuro cidadão gerado por esse equívoco estará fora de sintonia

com a sua realidade. Esse fato, deverá provocar um prejuízo para essa pessoa no que diz respeito à construção de sua auto-estima, que poderá ficar rebaixada por isso; trazendo como conseqüência um pesado ônus de ordem psicológica.

É certo que a pobreza também conta contra o sucesso na educação. A necessidade de começar a trabalhar mais cedo para colaborar no orçamento familiar contribuiu e ainda contribui para a evasão escolar – muito maior entre os pretos e pardos – como também acarreta um prejuízo no desempenho dos alunos. Estudos feitos no Estado de São Paulo, revelaram um maior índice de repetência e exclusão escolar por parte dos alunos pretos e pardos. Isso se dá em diversas faixas de idade. O que evidencia de forma mais eloqüente as dificuldades educacionais dos alunos com ascendência negra, é o fato de que mesmo quando comparados aos alunos brancos, cujas famílias têm rendimentos semelhantes aos das famílias não-brancas, aqueles apresentam maior índice de repetência. (v)O que acontece é que as dificuldades dos pretos e pardos estão associadas a aspectos que são específicos à sua realidade: desde a postura dos professores quanto à sua educabilidade, passando pela baixa auto-estima; indo até a entrada precoce dos mesmos no mercado de trabalho a fim de reforçar o magro orçamento familiar. Destes percalços todos, advém uma natural desmotivação. A tabela que apresentamos a seguir versa sobre alfabetização por grupo racial. Trata-se de uma boa amostra de como estão os negros na educação.

Tabela 5 - Indivíduos alfabetizados com 15 anos ou mais
Em (%)

Alfabetização	TOTAL	BRANCOS	PRETOS E PARDOS	AMARELOS
Alfabetizados	81	88	78	95
Não alfabetizados	19	12	22	5
Somas	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censo/91

Os dados são eloqüentes e falam por si mesmos: os pretos e pardos têm quase o dobro de chances de serem analfabetos, comparativamente com os brancos. Em relação aos de origem asiática (amarelos), a comparação fica ainda pior. Cerca de

5% destes não são alfabetizados; enquanto que os negro-descendentes atingem uma marca 4 vezes maior: 22%. A tabela demonstra que 103 anos após o fim da escravidão, grande parte da população negro-descendente ainda não tem escolaridade alguma.

Findando a escravidão, aos negros cabia batalhar para sobreviver. Estudar era “coisa de branco”.

A escola pública, que é aquela para a qual os pretos e pardos podem ir, hoje, está em ruínas. Entretanto, isso nem sempre foi assim. A escola pública secundária, no Brasil, foi por muito tempo tida como padrão de excelência no ensino. Para ela iam os filhos dos coronéis e políticos, no interior. Nas grandes cidades, muitas dessas escolas serviram de base para diversas figuras que depois iriam brilhar nos mais diferentes campos da vida. Quando e porque, de repente, essa escola foi perdendo, rapidamente, a sua consolidada posição para as escolas particulares? Respondemos pelo final: a causa foi a chamada “democratização do ensino”. Isto é: quando a população carente (da qual os pretos e pardos são larga maioria) passou a ter acesso à escola pública esta se deteriora por completo. A partir daí, os governos (municipal, estadual e federal) começaram a desprestigiar a escola pública. Afinal, os filhos das elites não cursavam mais aquela escola, agora “infestada” por um alunado carente de tudo. Foi assim que os antigos professores da boa escola pública sentiram o seu status e salário despencarem ladeira abaixo. Não ficou por aí: a qualidade e a manutenção dos prédios acabaram. Passou-se a dar importância à quantidade – jamais à qualidade. A desqualificação do magistério acompanhou a degradação do ensino secundário público. O que temos hoje é um horror em termos educacionais. É uma grande simulação: professores fingem que ensinam e alunos imaginam que enganam. A realidade é que os alunos enganam a si mesmos. Evidentemente, que há um prejuízo coletivo. Isso explica, em grande parte, a incapacitação da população mais pobre no Brasil. O ensino público é terra arrasada pelo descaso e pela dimensão que o problema passou a ter - a exceção fica por conta da universidade pública, que acaba sendo uma ilha de excelência, da qual a maioria pobre é mantida à distância. Respondendo à outra parte da pergunta (quando) : foi nos anos 70, com

o agigantamento da rede escolar, quando a população carente buscou a escola pública. A partir de então, a antiga boa qualidade do ensino cedeu lugar ao que aí está. Na cidade do Rio de Janeiro um professor secundário da escola pública ganha menos do que um gari! ^(vi) Isso dá o tamanho da crise do ensino que está à disposição da população carente.

Tabela 6 - Nível de Instrução por Grupo Racial
Em (%)

Anos de estudo	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	AMARELOS
Menos de 1	19	36	35	12
1 a 3	20	24	25	11
4 a 7	32	27	26	25
8 a 10	12	7	7	14
11 a 14	12	5	6	23
15 ou +	5	1	1	15
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censo/91

A Tabela anterior elucida muito bem porque os estudiosos da temática racial agregam pretos e pardos. A rigor, no campo da educação, não existe diferença que justifique operar com as duas classificações separadamente. À medida que os anos de estudos vão se ampliando os “pretos” e “pardos” perdem posição. Os brancos com curso superior (+ de 15 anos de estudo), superam em 5 vezes os pretos e pardos. Na tabela anterior, observa-se ainda que cerca de 1 terço dos pretos e pardos não têm instrução. Aproximadamente, 1 quarto deles têm, apenas, entre 1 a 3 anos de estudos. Os mais qualificados são os amarelos, seguidos pelos brancos.

Tabela 7 - Estudantes de Curso Superior, Mestrado ou Doutorado, segundo Grupo Racial

Grupos Raciais	Superior	%	Pós-graduação	%
----------------	----------	---	---------------	---

			(Mestrado/Doutorado)	
Branços	1.074.327	78	44.715	86
Pretos	25.775	2	1.065	2
Pardos	248.415	18	5.221	10
Amarelos	24.167	2	1.080	2
Indígenas	388	-	8	-
Sem declaração	2.650	-	125	-
Total	1.375.752	100	52.214	100

Fonte: IBGE, Censo/91

Entre aqueles que estão cursando o 3º grau, os brancos detêm quase 4/5 das vagas, apesar de serem apenas 52% da população. No que se refere ao Mestrado ou Doutorado a comparação demonstra maior diferença : os brancos detêm 86% das vagas. Os amarelos, apesar de terem uma participação populacional cerca de 12 vezes menor que a dos pretos, conquistam, praticamente, o mesmo número absoluto de vagas do que estes no curso superior. O mesmo se repete quanto ao Mestrado e Doutorado.

Discriminação racial nos meios de comunicação

É importante compreender que os meios de comunicação social (rádio, revistas, jornais, propaganda, cinema, teatro, música popular, literatura e, sobretudo, TV) têm a visão da sociedade dominante e está a seu serviço. Os veículos de comunicação e a sociedade funcionam como um par perfeito: são imagem e respectiva sombra. Tão afinados estão no Brasil que, muitas vezes, não se sabe quem é sombra e imagem, pois se confundem e um referencia o outro.

Importante jornal de São Paulo, fez um levantamento que confirma serem a discriminação e a invisibilidade do negro as marcas da propaganda na TV brasileira. (vii) Durante uma semana o jornal acompanhou 115 horas de programação das emissoras e constatou que “a segregação se expressa não apenas na inferioridade numérica e no menor espaço de tempo de exposição que cabe a negros e mestiços, como também na maneira estereotipada como são apresentados – como esportistas, músicos ou empregadas domésticas”. Nada contra essas categorias profissionais citadas pelo jornal. Essas três importantes

funções têm a ver com a cultura e realidade dos negros no Brasil. Contudo, reservar a estes sempre os mesmos papéis, provoca um brutal déficit em seu potencial que abarca todas as demais atividades humanas. O levantamento mede a presença dos negros em dois níveis: 1. em comerciais da própria emissora, quando ela anuncia a sua programação e; 2. nos comerciais de anunciantes externos, que são preparados pelas agências.

A globalização tem se revelado um fenômeno que vem beneficiando a imagem do negro brasileiro na mídia. O padrão cultural dos Estados Unidos tem larga influência em, praticamente, todo mundo. Lá, como é sabido, apesar de muitos percalços, o negro conquistou um espaço importante. Isso vale para o cinema, para a música e para a propaganda. Não têm sido poucos os filmes de publicidade que divulgam marcas internacionais (tênis e refrigerantes por exemplo), exibidos com a forte presença de negros. Evidentemente, que são peças publicitárias feitas fora do Brasil. Assim, indiretamente, pela propaganda e também pelo cinema, o negro brasileiro se vê retratado pela mídia produzida nos Estados Unidos!

A Violência policial e racial

O Brasil oficial tem nas polícias (civil e militar) o seu braço armado. A sociedade, como atestam inúmeros estudos, discrimina os pretos e pardos. Assim, é compreensível que as polícias reservem para estes a sua maior atenção. Todavia, o problema está no crucial fato de ser dramaticamente pior enfrentar um racista armado do que, por exemplo, um selecionador de pessoal que discrimine negros. As polícias militares (PM's) no Brasil cuidam do chamado policiamento ostensivo que busca, sobretudo, prevenir e inibir atos violentos e criminosos. Este tipo de corporação teve um desenvolvimento maior à medida que negros iam sendo alforriados da escravidão. Com o fim do escravismo se ampliam as delegacias de vadiagem (polícia civil) que eram criadas para inibir os que não trabalhavam. Ora, o desemprego estrutural dos negros (notadamente dos homens) se alarga, como já vimos, após 13 de maio de 1888! Assim, a própria organização da máquina policial já foi feita tendo como direcionamento reprimir aos negros. Em todo o país

a atuação das PM's tem sido um capítulo de horror para as populações preta e parda. O subcidadão não-branco é o alvo principal de sua truculência.

Os esquadrões da morte no Brasil mataram mais negros que a polícia da África do Sul (durante o apartheid) e não ocorreu nenhuma sanção ao país por parte da ONU, como se deu com os sul-africanos. A verdadeira faxina étnica/racial feita no Brasil pelas polícias não sensibilizou a sociedade: os brancos – e o que é pior -, tampouco os negros, se deram conta do que ocorreu. No Rio, a chance de um marginal negro ser atingido por um tiro disparado por um policial e morrer é o dobro da do branco. Ou seja: as balas disparadas contra os negros têm uma taxa de letalidade dupla!

A forma de atuação das polícias – notadamente a da PM – só se mantém devido ao apoio surdo (mas eficaz) da sociedade.

Considerações Finais

A essência do debate, hoje, sobre a questão da discriminação racial que se abate sobre a população negro-descendente (pretos + pardos) no Brasil, está centrada nas **políticas de reparação**. O país adentrará o 3º Milênio com um pesado déficit social. Um dos maiores do mundo. Todavia, se os estudos tomarem em conta os recortes raciais - como demonstramos em algumas tabelas nesse texto - se evidenciará de maneira nítida os danosos efeitos do longo escravismo brasileiro. Da mesma forma que se pode calcular os diferenciais de renda em função do binômio raça/cor, deve-se promover investimentos compensatórios no segmento negro-descendente. Trata-se - sim - de medida de justiça. Todavia, é ainda por esse caminho que o país alavanca todo o seu potencial humano no sentido de emergir enquanto nação próspera, onde a riqueza possa ser melhor repartida. O desafio para o século 21 passa por aí. Trata-se de desenvolver uma cultura nova, até então ausente do cenário brasileiro; a da inclusão.

ⁱ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/1996)

ⁱⁱ (Jornal O Dia, 11/08/1996)

ⁱⁱⁱ (O lugar do negro na força de trabalho, Fundação IBGE. Rio de Janeiro, 1981 - Lucia Elena Garcia de Oliveira e outros)

-
- ^{iv} (Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, INSPIR - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, 1998)
- ^v (Diagnóstico sobre a situação educacional de negros - pretos e pardos - no Estado de São Paulo, Fúlvia Rosemberg e outros, Fundação Carlos Chagas)
- ^{vi} ([Revista Veja, Ponto de Vista, 27.7.1994](#))
- ^{vii} ([Folha de São Paulo, 06/01/1996](#))